



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

# MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2014

Copyright © 2014 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou  
sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original ([www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo MS, MDA, Mapa, MDS,  
MEC, MMA, MPOG, Senai/DN, Secretaria-Geral/PR e Agência Brasil/EBC.

Tiragem: 2.600 exemplares

Impresso no Brasil

#### **Dados Internacionais de Catalogação (CIP)**

Brasil. Presidente (2011- : Dilma Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2014: 4ª Sessão Legislativa Ordinária da  
54ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2014.

464 p. : il. (Documentos da Presidência da República).

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2014. 2. Desenvolvimento econômico –  
Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Igualdade de direitos – Brasil. 5. Erradicação  
da pobreza – Brasil. 6. Soberania nacional – Brasil. 7. Cidadania – Brasil.  
8. Transparência na administração pública – Brasil. 9. Ética – Brasil. I. Rousseff,  
Dilma Vana, 1947- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



**República Federativa do Brasil**

**Presidenta da República**  
Dilma Rousseff

**Vice-Presidente da República**  
Michel Temer

**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**  
Gleisi Helena Hoffmann

**Ministro de Estado da Justiça**  
José Eduardo Cardozo

**Ministro de Estado da Defesa**  
Celso Amorim

**Ministro de Estado das Relações Exteriores**  
Luiz Alberto Figueiredo Machado

**Ministro de Estado da Fazenda**  
Guido Mantega

**Ministro de Estado dos Transportes**  
César Borges

**Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Antônio Andrade

**Ministro de Estado da Educação**  
Aloizio Mercadante

**Ministra de Estado da Cultura**  
Marta Suplicy

**Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**  
Manoel Dias

**Ministro de Estado da Previdência Social**  
Garibaldi Alves

**Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
Tereza Campello

**Ministro de Estado da Saúde**  
Alexandre Padilha

**Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
Fernando Pimentel

**Ministro de Estado de Minas e Energia**  
Edison Lobão

**Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Miriam Belchior

**Ministro de Estado das Comunicações**  
Paulo Bernardo

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação**  
Marco Antonio Raupp

**Ministra de Estado do Meio Ambiente**  
Izabella Teixeira

**Ministro de Estado do Esporte**  
Aldo Rebelo

**Ministro de Estado do Turismo**  
Gastão Dias Vieira

**Ministro de Estado, interino, da Integração Nacional**  
Francisco José Coelho Teixeira

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**  
Pepe Vargas

**Ministro de Estado das Cidades**  
Aguinaldo Ribeiro

**Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura**  
Marcelo Crivella

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**  
Gilberto Carvalho

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**  
José Elito Carvalho Siqueira

**Advogado-Geral da União**  
Luís Inácio Lucena Adams

**Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União**  
Jorge Hage Sobrinho

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**  
Ideli Salvatti

**Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil**  
Alexandre Antonio Tombini

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**  
Helena Chagas

**Ministro de Estado Chefe, interino, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**  
Marcelo Côrtes Neri

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República**  
Luiza Bairros

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**  
Eleonora Menicucci

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**  
Maria do Rosário

**Ministro de Estado Chefe, interino, da Secretaria de Portos da Presidência da República**  
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República**  
Moreira Franco

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República**  
Guilherme Afif Domingos

## Senhoras e Senhores Parlamentares,

É com elevada honra que, neste momento, cumpro o dever constitucional de dirigir-me ao Congresso Nacional para relatar os progressos realizados pelo meu governo e as perspectivas que estão postas ao País.

À honra devo acrescentar a satisfação, pois as informações que ora apresento demonstram as transformações e o dinamismo desse novo Brasil que estamos construindo juntos.

Mesmo num cenário internacional de grandes incertezas e desafios, o nosso País mantém a estabilidade, crescimento, emprego, renda e redução das desigualdades.

Manteremos, em 2014, uma gestão das contas públicas compatível com a continuidade da política de profundo compromisso com a responsabilidade fiscal, para o que contribuirá, entre outras medidas, o pacto que firmamos com as principais lideranças políticas do Congresso Nacional. É importante destacar que a necessidade de financiamento da previdência social caiu de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 para 1% em 2013; as despesas com pessoal, de 4,7% para 4,2% do PIB, no mesmo período. Esse esforço não seria concretizado sem a parceria do Congresso Nacional.

Esta é uma exigência para mantermos nosso inegociável e irredutível compromisso com o controle da inflação. Pelo décimo ano consecutivo, a inflação se situou dentro da banda de metas estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, o que denota a consistência da nossa política monetária. Reafirmo nossa determinação com medidas orientadas para a convergência da inflação para o centro da meta.

Vale destacar que a taxa de câmbio manteve-se em patamar adequado, e que dispomos de volumosas reservas internacionais, nada menos que US\$ 376 bilhões, que nos dão a segurança para superar instabilidades que ainda marcam o comportamento da economia internacional.

O Brasil é, e continuará sendo, um dos mercados mais atraentes para o investidor externo. Isso está expresso no fato de que, em 2013, a entrada de investimento estrangeiro direto atingiu US\$ 64 bilhões. Para 2014, as novas concessões, os investimentos estruturantes em andamento, o desenvolvimento do Campo de Libra e os grandes eventos são oportunidades extraordinárias que o Brasil oferece.

Neste novo Brasil, a responsabilidade com as contas públicas não está dissociada da responsabilidade social. Assim, continuamos a intensificar os esforços para construir uma ampla nova classe média e superar definitivamente a pobreza extrema, com programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, concretizando o sonho de gerações.

É digno de nota o fato de que a economia brasileira tem criado volumes expressivos de empregos, numa conjuntura de elevadas e persistentes taxas de desemprego nas economias mais desenvolvidas do mundo. Os rendimentos reais dos trabalhadores brasileiros continuam a aumentar e a exitosa política de incremento real do salário mínimo continua a elevar a renda dos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho.

Assim sendo, o Brasil de hoje enfrenta exitosamente a crise, sem o sacrifício de sua população, como ocorria no passado.

Estamos também enfrentando o desafio de dotar o Brasil de infraestrutura e logística proporcionais à sua grandeza e ao seu recente dinamismo. São centenas de bilhões de Reais investidos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, metrô, geração de energia e outros itens relevantes da nossa infraestrutura.

Segue em ritmo avançado o Programa Minha Casa, Minha Vida, o maior programa de habitação popular já visto no País, complementado agora pelo Programa Minha Casa Melhor.



No campo da Saúde, o nosso bem-sucedido esforço vem sendo o de dotar o Sistema Único de Saúde (SUS) da imprescindível base de um atendimento médico de qualidade para todos os brasileiros, recuperando sua missão e sua finalidade. Nesse sentido, o Programa Mais Médicos procura levar esse atendimento aos mais longínquos rincões do País e às camadas mais necessitadas da população.

No campo da Educação, estratégico para a competitividade do País e para nossa democracia, estamos intensificando os esforços para construir no Brasil uma autêntica sociedade do conhecimento e criar caminhos de oportunidades que conjuguem o esforço individual, o apoio das famílias e novas políticas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino.

Implantamos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o maior programa de formação profissional da história do Brasil, e estamos ampliando cada vez mais o acesso ao ensino de nível superior, inclusive para jovens mais pobres, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O Programa Ciência sem Fronteiras, muito elogiado internacionalmente, vem permitindo a milhares de jovens universitários do Brasil o acesso às melhores universidades do mundo.

O desenvolvimento recente do Brasil, além de fiscalmente responsável, macroeconomicamente sólido e socialmente inclusivo, é, também, ambientalmente sustentável. Continuamos empenhados na redução substancial do desmatamento, especialmente na região amazônica. Vamos cumprir, antes do prazo estipulado, nosso compromisso de redução das nossas emissões de gases do efeito estufa, consolidando o Brasil como exemplo de país líder no desenvolvimento e no uso de energias renováveis.

O Brasil, que sempre foi muito bem acolhido em todas as competições esportivas, saberá agora aproveitar suas realizações e potencialidades para realizar uma grande Copa do Mundo, a Copa das Copas, demonstrando talento, eficiência e capacidade de fazer.

A consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), dos Brics e a presença destacada do Brasil nos organismos multilaterais demonstram que o País nunca esteve tão integrado ao seu entorno regional e ao cenário mundial. O Brasil é, cada vez mais, um grande protagonista internacional, que age de forma afirmativa e responsável, contribuindo para o equacionamento dos grandes problemas mundiais.

Tudo o que estamos fazendo, tudo o que estamos construindo não seria possível sem democracia. Essa democracia que aprendemos a valorizar e a amar cada vez mais. Nesse sentido, o Brasil também vem se destacando pela força de sua democracia e pela solidez de suas instituições republicanas. Vivemos um período de absoluta liberdade, independência e harmonia entre os Poderes, que combina o pleno desfrute de direitos civis e políticos com a afirmação crescente de direitos sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, estamos investindo muito na transparência da nossa gestão pública e na eficiência das nossas instituições de controle, de forma a acabar com a chaga histórica da corrupção, algo que a sociedade não mais tolera.

Senhoras e Senhores Congressistas, eu gostaria de dar ênfase a alguns aspectos fundamentais.

Um dos resultados socialmente mais importantes de 2013 foi a expansão do emprego, pois foram gerados, no ano passado, 1,1 milhão de novos postos de trabalho formais. Atingimos, com isso, um saldo de 4,5 milhões de empregos em meu governo, e uma taxa de desocupação de 4,3 %, em dezembro, na média das seis regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal de Emprego, a menor taxa de desemprego registrada na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seguindo os critérios definidos na política de valorização progressiva do salário mínimo, a partir de janeiro de 2014 este rendimento corresponde a R\$ 724, o que assegura um aumento de 70% no seu poder de compra em relação a 2003.

Com o Plano Brasil Maior, aprofundamos os avanços de nossa política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. As medidas de desoneração propiciaram às empresas, em 2013, deixar de recolher ao Estado, na forma de tributos,



o equivalente a 1% do PIB. Entre essas medidas, vale destacar a política de desoneração da folha de pagamentos, que reduz os custos do trabalho para o empregador e preserva os empregos, salários e demais direitos dos trabalhadores, cujo alcance ampliamos progressivamente e que beneficiará 56 setores industriais e de serviços a partir de janeiro de 2014.

Persistimos oferecendo financiamento em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os setores industriais atingiram R\$ 31,4 bilhões em 2013 e as operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos, por meio das linhas BNDES-Finame, R\$ 70,5 bilhões. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) terá sequência em 2014, como parte de nossa estratégia de apoio ao investimento produtivo.

Celebramos novas parcerias público-privadas no setor de fármacos, as quais já permitiram, desde 2011, iniciar a produção, no Brasil, de mais 78 medicamentos e vacinas, propiciando transferência de tecnologia, redução de gastos e maior garantia de suprimento, o que redundará em melhor atendimento à saúde. O Inovar-Auto já estimulou a vinda para o País de mais dez empresas internacionais, fabricantes de veículos leves e pesados, além de dezenas de novas empresas fornecedoras, resultando em R\$ 8,3 bilhões de investimentos em novas plantas.

Sempre é importante lembrar que, desde janeiro de 2013, o preço da energia elétrica foi reduzido para consumidores residenciais e industriais, por meio da renovação antecipada de concessões de geração e transmissão de energia e da redução de encargos setoriais.

Lançamos, em março, o Plano Inova Empresa, que mobilizará R\$ 32,9 bilhões, até 2014, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos. Com ele, integramos ações e instrumentos de apoio à inovação nas empresas e estamos agilizando o processo de análise e aprovação de projetos. Ressalte-se que, em 2014, a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) começará a atuar, coordenando as ações de laboratórios e institutos públicos de pesquisa voltados diretamente para a inovação tecnológica da indústria brasileira. Com isso, começaremos a reproduzir, na área industrial, o mesmo modelo exitoso que conseguimos criar, no setor agrícola, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Mantivemos, em 2013, especial atenção ao segmento das micro e pequenas empresas. Foi criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), antiga reivindicação desse conjunto de empresas. A partir de 2014, com a implantação do Portal Empresa Simples, será oferecido, a um público de cerca de 8,2 milhões de empresas, via Internet, um conjunto de serviços públicos que afetam diretamente, de forma positiva, a competitividade dos negócios, sem burocracia e com segurança. Nosso propósito é reduzir o prazo para abertura de empresas no Brasil para um máximo de cinco dias.

O Crescer, nosso Programa de microcrédito produtivo orientado, também tem se mostrado importante instrumento de apoio aos microempreendedores. Até novembro de 2013 foram realizadas 7,8 milhões de operações de microcrédito pelo Crescer, mobilizando R\$ 10,4 bilhões em crédito para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas de todo o Brasil.

Continuamos a avançar, em 2013, na construção de uma política ambiental consistente e eficiente. A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal foi de 5.843 km<sup>2</sup>, segunda menor taxa da história e 79% menor que a registrada em 2004, quando iniciamos a política sistemática de combate ao desflorestamento neste bioma.

Na safra 2013/2014 garantimos, mais uma vez, volumes expressivos para financiar a produção do agronegócio e da agricultura familiar. Para o agronegócio, são R\$ 136 bilhões em crédito para custeio e investimento; para a agricultura familiar, são R\$ 21 bilhões – incluídos, neste total, os recursos emergenciais para o semiárido. Nos dois casos, também aprimoramos as medidas de garantia de preços e de seguro agrícola, para mitigar a incerteza típica da produção agropecuária e evitar comprometer o desempenho do setor, fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desempenho exportador de nosso País.



No ano que passou, fizemos uma reorganização nos critérios de seleção de terras para reforma agrária e de oferta dos serviços públicos necessários a dar qualidade e sustentabilidade aos assentamentos. Sob estas novas bases, encerramos 2013 com 102 decretos de desapropriação de terras publicados, o que dá novo impulso ao processo de reforma agrária.

Lançamos o Plano Nacional de Armazenagem, para aumentar e modernizar a capacidade estática de armazenagem privada e pública. Para a rede pública federal, foram destinados R\$ 500 milhões, para a construção e reforma de armazéns. Para ampliar a capacidade estática de armazenagem privada em cerca de 65 milhões de toneladas, disponibilizamos R\$ 25 bilhões para investimentos ao longo de cinco anos, com taxas de juros e prazos de amortização muito favoráveis. Em apenas seis meses de vigência do Programa, foram aprovados financiamentos de R\$ 1,5 bilhão, demonstrando o interesse do setor produtivo pelo Plano.

Entre 2012 e 2013, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) atendeu a mais de um milhão de famílias na área rural. Para ampliar a escala dessa ação, criamos, em 2013, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que começará a operar no primeiro semestre de 2014. Com isso, o grande conhecimento tecnológico da Embrapa também poderá ser disponibilizado para o mais humilde de nossos agricultores.

Lançamos, pela primeira vez, um plano safra específico para o semiárido, com o propósito de apoiar os agricultores na adoção de sistemas produtivos e técnicas mais adequados à convivência com as condições hídricas da região. São R\$ 7 bilhões para financiar 1,6 milhão de agricultores de 1.133 Municípios do semiárido.

Demos continuidade, em 2013, às medidas para mitigar os impactos sobre a população e a produção econômica do semiárido provocados por uma das mais intensas secas das últimas décadas. Ao longo dos cerca de dois anos de duração da atual seca, 1.499 Municípios tiveram situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal; em janeiro de 2014, 1.164 ainda estão nesta situação. Demos sequência à Operação Carro-pipa, sob a coordenação do Exército e, no início deste ano, 6.103 carros-pipa contratados pelo Governo Federal estavam atuando na região.

Temos também buscado ampliar a oferta e a capacidade de armazenamento de água na região. Com recursos federais, já foram recuperados 1.150 poços, e concluída a perfuração de 20 poços profundos, de um total de 24 previstos. Das 750 mil cisternas que previmos entregar até 2014, já havíamos implantado 481 mil até dezembro último, o que nos dá confiança de que cumprimos nossa meta.

Como prometido, continuamos e continuaremos pagando a Bolsa Estiagem e o Garantia Safra enquanto a seca durar. Em dezembro de 2013, 1,3 milhão de pequenos produtores receberam a Bolsa Estiagem e mais de 704 mil famílias receberam o Garantia Safra. Até aquele mês, já havíamos vendido 871 mil toneladas de milho a preço subsidiado para ajudar os produtores na alimentação dos animais e realizado 511 mil operações no âmbito da linha de crédito emergencial, mobilizando R\$ 3,45 bilhões.

Trata-se de um gigantesco e bem-sucedido esforço. Ao contrário do que acontecia até um passado recente, esta seca não produziu migrações em massa ou saques em busca de comida e água. Mobilizamos um aparato de proteção social que evitou sua transformação em calamidade social.

Em 2013 foi também possível a consolidação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012. Desde o início do Plano, foram investidos cerca de R\$ 160 milhões para melhorar a capacidade de alertas de desastres, assim como foram selecionados cerca de R\$ 11,5 bilhões para projetos e obras de prevenção, como contenção de encostas, drenagem e barragem, e cerca de R\$ 660 milhões para apoio às localidades e populações vítimas de desastres naturais.

Não poderia deixar de falar das máquinas que estamos doando para todos os Municípios do Brasil com menos de 50 mil habitantes. Entregamos, em 2013, 3.796 retroscavadeiras, 2.617 motoniveladoras, 1.357 caminhões-caçamba, 753 caminhões-pipa e 461 pás carregadeiras, com investimento de R\$ 2,3 bilhões. Desde o início do Programa, foram entregues 10.259 equipamentos e,



em 2014, entregaremos outros 7,8 mil. Os processos de licitação, que previram margens de preferência para a indústria nacional, foram concluídos, e todos os contratos com os fornecedores (100% com fábricas no Brasil) já foram efetivados.

Também com o propósito de apoiar e fortalecer os Municípios, decidimos garantir-lhes um auxílio financeiro adicional de R\$ 3 bilhões, pago em duas parcelas, uma em setembro de 2013 e outra em abril de 2014. A distribuição destes recursos é feita de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No ano passado, o Programa Bolsa Família comemorou dez anos de uma trajetória bem-sucedida, consolidando-se como o maior programa de transferência de renda do mundo e a grande referência internacional em programas dessa natureza. Graças ao Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função da complementação de renda até um mínimo de R\$ 70 per capita implementada com o Plano Brasil Sem Miséria.

O grande desafio em 2014 é o de localizar e incluir no Cadastro Único, no Bolsa Família e em outros programas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas pela estratégia de busca ativa. Estima-se que 500 mil famílias ainda devam ser identificadas e inscritas no Cadastro. Estamos dando o último e fundamental passo para transformar o Brasil em um país livre da pobreza extrema.

Mas não estamos cuidando apenas da ampliação da porta de entrada do Programa, estamos também investindo na geração de oportunidades de transformação da vida desses milhões de brasileiros e brasileiras que recebem o Bolsa Família, com iniciativas para a inclusão produtiva e a qualificação profissional dos seus beneficiários.

As ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria têm propiciado excelentes resultados. Em 2013, os serviços de assistência técnica alcançaram 259,8 mil agricultores familiares em situação de extrema pobreza, inclusive povos e comunidades tradicionais, superando a meta inicialmente prevista no Plano.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) já gerou oportunidades de qualificação profissional para 842 mil brasileiros e brasileiras. Em 2014, serão oferecidas mais 763 mil vagas do Pronatec/BSM para o público do Cadastro Único, ampliando a meta originalmente prevista de um milhão de vagas, em virtude da grande demanda existente.

Daremos sequência, em 2014, às políticas de proteção social que nos permitiram avançar de forma célere em direção à superação da extrema pobreza. Manteremos também a prioridade para expansão do acesso e aumento da qualidade da educação no Brasil, política fundamental para a sustentabilidade de longo prazo do processo de transformação social em que vivemos e para o aumento de produtividade da economia brasileira.

Em relação às creches, desde 2011 já foram concluídas cerca de 1,3 mil unidades e outras 3,1 mil estavam em construção no final de 2013. Da meta de seis mil a serem contratadas em todo o Brasil até o final de 2014, mais de cinco mil já estavam contratadas com Municípios e o Distrito Federal. Com a adoção de novo modelo construtivo, o processo de construção de novas creches deve ficar mais ágil – o prazo deve diminuir de até 18 meses para seis meses – o que nos dá a certeza de que cumprimos a meta.

Em 2013, crianças e adolescentes de 49 mil escolas públicas de todo o Brasil recebiam educação em tempo integral. Deste total de escolas, 32 mil têm mais de 50% de seus alunos vindos de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Em 2014, queremos chegar a 60 mil escolas com ensino de tempo integral.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal e 5.420 Municípios para formação de mais de 333 mil orientadores de estudos e professores alfabetizadores. Em 2013 concedemos R\$ 666 milhões em bolsas de formação.



Em pouco mais de dois anos de implementação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) beneficiou mais de 5,5 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional. São 864 tipos de cursos, dos quais 220 cursos técnicos e 644 cursos de formação inicial e continuada, oferecidos por escolas técnicas federais e estaduais e, principalmente, pelas escolas do Sistema S, em uma parceria extremamente bem-sucedida com o setor privado. Temos certeza de que atingiremos, em 2014, a meta prevista para o Pronatec, de atender a oito milhões de jovens e adultos com formação profissional de qualidade.

A expansão da rede federal de educação manteve seu ritmo. Em 2013, 40 escolas técnicas federais de 18 Estados iniciaram suas atividades, elevando para 116 o total de novas unidades em funcionamento desde 2011. No caso dos *campi* universitários, 17 novos já haviam iniciado suas atividades até o ano passado, de uma total de 47 novos *campi* previstos até o final de 2014.

Em 2013, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi fortalecido como procedimento de seleção nacional e republicano. Cerca de 5,04 milhões de estudantes fizeram o Exame, um aumento de 20% em relação ao número de participantes em 2012. Neste início de 2014, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também se consolidou como mecanismo nacional de acesso às universidades públicas, e contou com a participação de 115 instituições e a oferta de 171,4 mil vagas.

Por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), foram concedidas 177 mil bolsas em 2013, alcançando a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para 2014, está prevista a oferta de 250 mil novas bolsas de estudo. Por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mais de 556 mil financiamentos foram concedidos em 2013. Para 2014, a meta é oferecer financiamento a mais 400 mil alunos.

A Lei de Cotas entrou em vigor em 2013 e as universidades federais e institutos federais já superaram os mínimos previstos na legislação para o período. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 foram para estudantes cotistas, totalizando 32,5% de todas as vagas oferecidas. Nos institutos federais, este índice foi de 45,4%. As cotas oferecem oportunidades que antes eram negadas a estudantes de escolas públicas, pobres, afrodescendentes e indígenas. Elas são essenciais para a superação das nossas injustiças históricas e para o combate à discriminação racial.

Desde seu início, em 2011, até o fim de 2013 foram concedidas mais de 60 mil bolsas pelo Programa Ciência sem Fronteiras, em cerca de 30 países. A maior parte (29%) dos bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguido por Reino Unido, Canadá e França, priorizando-se as áreas de engenharia, tecnológicas e de saúde. Em 2014, será iniciada a concessão de uma nova modalidade de bolsa, para realizar mestrado profissional em universidades no exterior.

A histórica decisão de destinar 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social gerado pelo excedente em óleo do Pré-sal para a educação permitirá ao Brasil investir ainda mais na área de educação, acelerando sua entrada na economia do conhecimento. O Congresso Nacional se sensibilizou com as demandas da população em favor de mais educação de qualidade e aprovou a legislação que propusemos como uma das respostas às manifestações de junho. Estou certa de que, já nos próximos anos, estaremos transformando o recurso finito do petróleo em educação, riqueza perene de nossa Nação.

Outra resposta às demandas da população nas manifestações de junho também está em curso e com sucesso: o Mais Médicos. Com o propósito de diminuir a carência de médicos nas periferias de nossas grandes cidades, no interior do Brasil e nas regiões Norte e Nordeste, o Programa já colocou 6.676 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade, com supervisão e tutoria, beneficiando mais de 23,8 milhões de brasileiros. Em 2014, vamos alcançar, ainda no primeiro semestre, o total de 13 mil médicos em atuação por todo o Brasil no âmbito do Programa, atendendo a 45,5 milhões de pessoas.

Estamos também investindo na expansão e melhoria da rede de atendimento básico, em especial nos postos de saúde. Em 2013, foram habilitadas 5.438 propostas de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em 2.625 Municípios, 2.808 de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 de reforma em 1.323 Municípios. Para 2014 está prevista a inauguração de mais



1,5 mil novos postos de saúde. Estamos também ampliando a rede de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) pelo Brasil: são 296 em funcionamento e chegaremos a 500 até o final de 2014.

O ano de 2013 apresentou grandes resultados para a necessária expansão e modernização da infraestrutura brasileira.

Fizemos, em 2013, cinco leilões de rodovias, com a transferência de 4.247 km de rodovias para a gestão privada. Em todos, os deságios sobre as tarifas de referência foram elevados, demonstrando a grande atratividade desses investimentos. Em 2014, temos mais um leilão de rodovia planejado e continuaremos identificando, em nossa extensa malha rodoviária, outros trechos que possam ser transferidos para a iniciativa privada.

O novo modelo de concessão de ferrovias está pronto, após intenso diálogo com o setor privado e com os órgãos de controle. Vamos colocá-lo em implementação a partir de 2014, com o leilão do trecho entre Lucas do Rio Verde/MT e Campinorte/GO. Os demais trechos previstos no Programa de Investimento em Logística serão analisados para definir como avançar no processo de concessão.

Adotamos, em 2013, um novo marco regulatório para o sistema portuário brasileiro. Nos primeiros seis meses de vigência da nova legislação, já foram aprovadas autorizações para instalação ou ampliação de nove Terminais de Uso Privado (TUPs), que investirão cerca de R\$ 6,3 bilhões. Há outros 54 pedidos de autorizações de TUPs em análise, que deverão ser concluídos em 2014, quando também iniciaremos os arrendamentos em portos públicos.

Retomamos, em 2013, as licitações de petróleo e gás. Foram duas licitações na modalidade de concessão, nas quais foram oferecidos mais de 500 blocos exploratórios, em várias bacias sedimentares do País. Empresas de 11 países, além do Brasil, participaram desses leilões e pagaram um bônus de assinatura de R\$ 2,65 bilhões.

Realizamos, com extraordinário sucesso, a primeira licitação no modelo de partilha, com o megacampo de Libra na camada de Pré-sal. O leilão foi vencido por um forte e eficiente consórcio, com a participação da Petrobras e de outras quatro das maiores empresas petrolíferas mundiais. Libra possui reservas estimadas entre oito e 12 bilhões de barris de petróleo de excelente qualidade, e sua exploração terá imensos efeitos sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil, além de contribuir para fazer do País um exportador de petróleo.

Fizemos, em 2013, quatro leilões de geração de energia, que acrescentaram 7.145 Megawatts (MW) à capacidade instalada, e quatro leilões de transmissão, agregando 8.134 km à rede de circuitos básicos no País. Mantivemos, assim, nossa política de planejar e contratar, com antecedência, a expansão do sistema, para propiciar, às empresas e consumidores, segurança na oferta. Entre 2011 e 2013, já ampliamos em 14.690 MW a capacidade de geração e em 16.122 km a rede de circuitos básicos no País.

O Programa Luz para Todos também comemorou, em 2013, dez anos de existência, tendo beneficiado, neste período, cerca de 15 milhões de brasileiros do meio rural com mais de três milhões de ligações de energia elétrica. Em 2014, o Luz para Todos deve executar 261 mil novas ligações e proporcionar o acesso à eletricidade a mais de 1,18 milhão de moradores rurais.

No setor aeroportuário, Galeão e Confins foram concedidos à iniciativa privada, com a previsão de investimentos iniciais de R\$ 9,2 bilhões até 2016. A disputa nos leilões foi intensa e os consórcios vencedores contam com a participação de dois dos maiores operadores aeroportuários do mundo. Com essas concessões, seis aeroportos de grande porte estão sob gestão da iniciativa privada, o que deverá acelerar o processo de expansão e modernização de nossa malha aeroportuária para atender à crescente demanda de passageiros.

Os frutos dos investimentos públicos feitos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também são expressivos. Nos últimos três anos, agregamos cerca de 2,6 mil km à malha rodoviária federal, e os 260 km da Ferronorte no



trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis, no Mato Grosso. Temos R\$ 84 bilhões de investimentos em saneamento básico em execução, para ampliar os índices de cobertura de água e esgoto em todas as regiões do Brasil.

O Minha Casa, Minha Vida alcançou, em 2013, a marca de 2,24 milhões de moradias contratadas somente em meu governo, e de 1,53 milhão de moradias entregues desde 2011. Até o final de 2014, vamos atingir a meta de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias, realizando o sonho da casa própria para milhões de famílias que, sem o apoio do Programa, dificilmente conseguiriam conquistar sua moradia.

Desde junho, as famílias que conquistam sua moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida passaram a contar também com o Minha Casa Melhor, uma linha de crédito especial, de até R\$ 5 mil, juros de 5% a.a. e prazo de pagamento de 48 meses, para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Até dezembro, 383 mil famílias haviam contratado o crédito, mobilizando R\$ 1,9 bilhão e dinamizando a produção de móveis e eletrodomésticos e o comércio em todo o País.

Cabe destacar os vultosos investimentos que destinamos para realizar, em parceria com Estados e Municípios, obras que elevarão a qualidade do transporte coletivo em nossas cidades. Antes mesmo das manifestações de junho, quando a população se mobilizou por transporte seguro, rápido, confiável e com preço adequado, já havíamos destinado R\$ 93 bilhões em recursos da União e em financiamentos para obras de mobilidade urbana. Como uma de nossas respostas às manifestações, ampliamos em R\$ 50 bilhões o total destinado a investimentos nesta área. Importante destacar que desoneramos importantes tributos federais do transporte coletivo urbano para baratear o preço das passagens.

Até janeiro de 2014, já havíamos anunciado a maior parte das obras que receberão recursos do Governo Federal. Investiremos na construção de 2,8 mil km de transporte sobre pneus, 20,5 km de transporte fluvial e 603,3 km de trilhos.

Neste conjunto de investimentos, de especial relevância são aqueles que estamos fazendo para construir ou ampliar sistemas de metrô em nove grandes cidades – Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília. Serão 275 km de novos metrô, que terão papel central na reorganização do transporte coletivo dessas metrópoles, inclusive na implantação do tão demandado bilhete único.

Não faltarão recursos para estas obras, as quais esperamos que recebam, de Governadores e Prefeitos, prioridade em sua execução, para que possamos, em um período de tempo curto, atender à demanda de nossa população por melhores condições de transporte coletivo urbano.

Realizamos, em 2013, com sucesso, dois grandes eventos internacionais: a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a Jornada Mundial da Juventude. Foram experiências importantes, cujo sucesso nos habilita a afirmar que a Copa do Mundo FIFA 2014 será a “Copa das Copas”. A Copa é o maior evento esportivo do planeta em 2014, e fortalecerá o Brasil como destino turístico. É uma das maiores oportunidades que teremos para mostrar a nossa cultura, a nossa hospitalidade, a nossa alegria, as nossas belezas naturais e o nosso povo.

Temos priorizado o desenvolvimento do esporte em nosso País, proporcionando aos nossos jovens auxílio financeiro para que possam se dedicar com afinco às modalidades esportivas. Nosso objetivo é que o Brasil, em 2016, figure entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para isso, além dos investimentos na organização dos Jogos e na infraestrutura composta por equipamentos olímpicos, estamos implementando o Plano Brasil Medalhas 2016, que com investimentos de R\$ 1 bilhão alcançará 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Além disso, Governo Federal vem cumprindo os compromissos assumidos com a ampliação de instalações esportivas. Além das quatro instalações sob nossa responsabilidade, com valor estimado de R\$ 641 milhões, foram selecionados, em 2013, os 163 Municípios que irão receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal, com recursos de R\$ 967 milhões.



Continuaremos também oferecendo aos entes federados apoio e parceria no enfrentamento dos desafios da segurança pública. Daremos continuidade às ações do nosso Plano Estratégico de Fronteiras que, mobilizando o Ministério da Defesa e os órgãos do Ministério da Justiça em parceria com as forças estaduais de segurança, têm garantido um controle mais efetivo das nossas fronteiras. Entre 2011 e 2013, por meio das Operações Sentinela e Ágata, foram apreendidas 565 toneladas de drogas e mais de 2,6 mil armas de fogo, e efetuadas quase 30 mil prisões. Com o enfrentamento ao tráfico de drogas e armas em nossas fronteiras, evitamos o fortalecimento do crime organizado no território nacional.

Disponibilizamos R\$ 1,1 bilhão para que os Estados possam construir novos presídios, ampliando 47.419 novas vagas no sistema prisional estadual entre 2011 e 2014. A construção do quinto presídio federal, que ficará em Brasília, foi iniciada em dezembro de 2013. A Força Nacional de Segurança continuará, sempre que demandada pelos Estados e atendidos os pré-requisitos legais, a apoiar as forças estaduais de segurança, como fez, desde 2011, em 78 operações em 21 Estados.

O cenário internacional esteve repleto de desafios em 2013, e não será diferente no ano que se inicia. Há fortes indícios de que estejamos assistindo ao início da recuperação da economia dos países desenvolvidos, mas é evidente que nenhum país pode enfrentar isoladamente a tarefa de reconstrução da economia mundial. Para tanto, é fundamental levar adiante – como vimos fazendo – a busca de acordos na esfera global. É imprescindível, igualmente, forjar uma governança internacional representativa e transparente, capaz de dar respostas coletivas e duradouras para os desafios do século XXI. Este é o compromisso que o Brasil vai reafirmar em 2014.

Atuamos de forma consistente com este objetivo em 2013. A agenda de relações bilaterais com parceiros em todos os continentes, desenvolvidos ou em desenvolvimento, foi ampla, e a participação nos organismos regionais e multilaterais foi ativa. O Brasil recebeu, entre visitas oficiais e reuniões de trabalho, os Presidentes de França, Uruguai, Egito, Argentina, Alemanha, Venezuela, Suriname, Bolívia, Paraguai, Conselho Europeu e da Comissão Europeia, o Presidente do Governo da Federação da Rússia, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia e o Vice-Presidente dos Estados Unidos. Foram realizadas visitas de Estado a Portugal, África do Sul, Paraguai, Chile, Argentina, Venezuela, Peru, Etiópia, Guiné-Equatorial, Nigéria, Itália e Vaticano.

No centro de todas essas iniciativas esteve presente a preocupação de defesa do interesse nacional do Brasil e daqueles princípios que têm norteado a nossa política externa. Consolidamos e aprofundamos nossa presença em vários quadrantes do Globo, ampliando as possibilidades de cooperação em áreas como educação, ciência, tecnologia, inovação e direitos humanos e as oportunidades comerciais e de investimento para o Brasil.

Destaco, em especial, a participação no Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi definida a renegociação das dívidas de 12 países africanos em relação ao Brasil, assim como a criação de linhas de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar novos investimentos na África. Essa iniciativa – que teve a aprovação do Congresso Nacional – revelou-se fundamental para dinamizar nossas oportunidades de investimento no continente africano, assim como permitirá o fortalecimento de nosso comércio exterior.

As Cúpulas do Mercosul (Montevideu) e Unasul (Paramaribo) permitiram a reintegração do Paraguai aos dois grupos. O Brasil desempenhou ativo papel na busca de uma solução política negociada para o contencioso provisoriamente criado entre o Paraguai e o sistema multilateral sul-americano. Com os processos de associação da Guiana e do Suriname ao Mercosul, todos os países da América do Sul passaram a vincular-se ao Bloco, como Estados Partes ou como Associados.

Por ocasião da V Cúpula do Brics, em Durban, e da V Cúpula do G20, em São Petersburgo, insistimos na prioridade para a geração de empregos e a promoção do crescimento econômico forte, sustentável e equilibrado; apoiamos iniciativas sobre cooperação tributária, que procuram coibir o recurso a paraísos fiscais; e cobramos a implementação urgente da reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, além de nova fórmula de cálculo de quotas e revisão geral de quotas.



As revelações de interceptação de comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos, empresas e do Governo nos levaram a propor, em particular no âmbito das Nações Unidas, ações visando resguardar o respeito à soberania dos Estados na área de telecomunicações, o direito dos indivíduos à privacidade e o aperfeiçoamento da governança da Internet. Além de fazer desse tema o principal item da intervenção na abertura do debate geral da 48ª Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentamos, em conjunto com a Alemanha, projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, que foi aprovado por unanimidade no plenário da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi com grande senso de responsabilidade que o Brasil se colocou na vanguarda dessa luta internacional pela democracia e pelos valores democráticos.

Avançaremos, em 2014, na adoção de medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro, em especial no que se refere à segurança cibernética. Continuaremos nossos esforços junto à ONU para manter o direito à privacidade e à confidencialidade das informações na Internet. O Brasil está comprometido com a manutenção da Internet como um território livre e neutro, que sirva aos grandes propósitos da paz, da aproximação dos povos e da livre circulação de informações.

Em 2014, participaremos de eventos de grande importância para a democratização das relações internacionais. Dois deles serão sediados no Brasil.

Sediaremos em São Paulo, em abril de 2014, a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que reunirá representantes de governos, organizações internacionais, comunidades técnica, acadêmica, da sociedade civil e do setor privado.

O encontro que sediaremos em julho com os líderes da Rússia, Índia, China e África do Sul celebrará o início de novo ciclo de reuniões do Brics, após as cinco Cúpulas realizadas em cada um dos países-membros. Será o momento de avaliar as conquistas e planejar o futuro. O estabelecimento de um Banco de Desenvolvimento do Brics revela a preocupação em contribuir para a redução do hiato de financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no bloco e em outros países em desenvolvimento. O Arranjo Contingente de Reservas, no valor inicial de US\$ 100 bilhões, será uma linha adicional de defesa para nossas economias contra choques externos.

Reitero nosso compromisso com a continuidade da atuação em parceria não só com todas as esferas de governo, mas também com os poderes do Estado. Reafirmo também a determinação de seguir aprimorando a capacidade de gestão e a transparência do Estado brasileiro e incentivando o controle social e o acesso do cidadão às informações.

A gestão pública vem sendo feita de forma a combater cada vez com mais eficiência atos de corrupção, estimulando investimentos em prevenção, controle interno, correição e canais de denúncias e investigação. Em 2013 tivemos avanços importantes com a publicação de duas leis que visam à prevenção e ao combate à corrupção: a Lei de Conflito de Interesses e aquela que promove a responsabilização das pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.

Com a crescente ampliação da transparência da gestão pública e com o grande fortalecimento das instituições de controle, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Contas e o Ministério Público, que hoje atuam com eficiência e desenvoltura, o Brasil está dando passos largos para mitigar o histórico problema da corrupção e do desvio de recursos públicos. O combate à corrupção é como o combate à inflação: exige compromisso de todos, Governo Federal, entes federados e sociedade, e demanda prazo para sua consolidação e sedimentação. O Brasil está avançando e, com certeza, vencerá definitivamente mais esse desafio.

Reitero a importância da Reforma Política para que o Brasil realize plenamente tal desafio de forma mais rápida e completa. Temos, todos nós, de assumir o compromisso de responder às justas inquietações das ruas, que pedem uma renovação do sistema de representação democrática.



Quando a sociedade adquire consciência dos seus interesses, a força do entendimento mobiliza o recurso necessário à geração da riqueza que produz igualdade. E da justiça que universaliza direitos.

Juntos, temos a oportunidade histórica de garantir e ampliar a distribuição da riqueza produzida neste País. Que fortaleça a representação da vontade dos seus cidadãos. Que faça do Estado uma vitrine ética de transparência na alocação justa dos fundos públicos.

Reafirmo que o fim da miséria é somente um começo. O começo de um novo Brasil muito mais justo e muito mais forte. Ao liberar a força antes contida do povo brasileiro, criamos um horizonte de novas fronteiras, de novas possibilidades a serem exploradas. O Brasil nunca será maior ou menor que o seu povo. Ao engrandecer e libertar nosso povo, engrandecemos e libertamos a Nação.

Todos esses compromissos que aqui mencionei assentam-se na melhoria do bem-estar de toda a população. É esse compromisso que vem criando um novo País, inclusivo, justo e forte, para todos os brasileiros. É sobre esse compromisso que temos de assentar nosso futuro.

Poder Executivo e Congresso Nacional atuaram de forma coerente com esse compromisso em 2013. Conclamo novamente as senhoras e os senhores Parlamentares a reafirmar uma forte parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da superação definitiva da miséria, e do desenvolvimento sustentável.

A partir do respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, e em parceria com Governadores e Prefeitos, para continuarmos a desenvolver esse nosso novo País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Conto com o apoio desta Casa, que abriga os interesses legítimos do povo brasileiro, para continuarmos a construir, juntos, esse magnífico Brasil com que sempre sonhamos.

**Dilma Rousseff**  
Presidenta da República





# SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	27
II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA .....	37
<b>1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade.....</b>	<b>37</b>
a) Plano Brasil Maior .....	37
a.1) Redução dos Custos do Trabalho e do Capital .....	37
a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas .....	38
a.3) Estímulos às Exportações e Defesa Comercial .....	39
b) Fomento, Inovação e Comércio Exterior .....	39
b.1) Financiamentos e Investimentos.....	39
b.2) Comércio Exterior .....	40
b.3) Comércio e Serviços .....	43
b.4) Micro e Pequenas Empresas .....	43
b.4.1) Redução do Custo para Abertura e Fechamento de Empresas .....	44
b.4.2) Redução do Ônus das Exigências Estadais para a Abertura de Empresas .....	44
b.4.3) Apoio ao Aumento da Lucratividade dos Pequenos Negócios .....	44
b.5) Qualificação e Inovação .....	45
c) Metrologia, Qualidade e Tecnologia.....	46
d) Propriedade Industrial.....	47
e) Desenvolvimento Regional da Amazônia.....	49
<b>2. Agronegócio .....</b>	<b>50</b>
a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização .....	51
a.1) Crédito Rural .....	51
a.2) Apoio à Comercialização .....	52
a.3) Abastecimento .....	53
a.4) Plano Nacional de Armazenagem .....	53
a.5) Apoio à Cafeicultura.....	54
b) Gerenciamento de Riscos Climáticos.....	55
b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático .....	55
b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.....	56
c) Defesa Agropecuária .....	57
c.1) Ações de Saúde Animal.....	57
c.2) Ações de Sanidade Vegetal.....	58
c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários .....	59
c.4) Sistema Laboratorial .....	61
c.5) Vigilância Agropecuária .....	61
d) Fomento e Organização da Produção .....	62
e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio .....	63
e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais .....	63
e.2) Promoção Comercial do Agronegócio .....	64
e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio.....	64
f) Pesquisa Agropecuária.....	65
g) Agroenergia .....	66
g.1) Oleaginosas .....	67
<b>3. Turismo .....</b>	<b>67</b>
a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo .....	68
b) Regionalização, Segmentação e Ordenamento Turístico.....	68
c) Investimentos e Financiamentos para o Turismo .....	69
d) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo .....	70
e) Infraestrutura Turística.....	70
f) Qualificação e Certificação em Turismo .....	70
g) Promoção do Turismo Interno e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional .....	71
h) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional.....	71
i) Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social .....	73
<b>4. Trabalho e Emprego.....</b>	<b>73</b>
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal .....	73
b) Valorização do Salário Mínimo .....	75
c) Estímulo ao Investimento e a Geração de Emprego e Renda .....	75



d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores.....	76
e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho.....	78
f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social.....	78
g) Estímulo à Economia Solidária.....	80
<b>5. Inclusão Bancária e Microcrédito.....</b>	<b>80</b>
a) Crédito.....	80
b) Acesso a Serviços Bancários.....	81
c) Microcrédito e Microfinanças.....	81
<b>6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca.....</b>	<b>82</b>
a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira.....	82
b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.....	83
c) Inclusão Social pela Pesca.....	83
d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola.....	84
e) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro.....	84
f) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira.....	85
g) Estímulo ao Consumo e à Comercialização.....	85
<b>7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....</b>	<b>86</b>
a) Agricultura Familiar.....	86
a.1) Crédito e Seguro Rural.....	86
a.1.1) Plano Safra Semiárido.....	87
a.2) Assistência Técnica e Extensão Rural.....	87
a.3) Organização Econômica.....	89
a.4) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais.....	89
a.5) Desenvolvimento Territorial.....	90
a.6) Acesso à Informação e Cultura no Meio Rural.....	90
a.7) Ações de Educação no Campo.....	91
a.8) Políticas para as Mulheres Rurais.....	91
a.9) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	91
a.10) Plano Brasil Agroecológico.....	92
b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária.....	92
b.1) Assentamentos de Reforma Agrária.....	92
b.2) Obtenção de Terras e Criação de Novos Projetos de Assentamento.....	93
b.3) Crédito Fundiário.....	93
b.4) Governança Fundiária.....	94
b.5) Regularização Fundiária na Amazônia Legal.....	94
b.6) Mediação de Conflitos Agrários.....	94
<b>8. Desenvolvimento Regional.....</b>	<b>95</b>
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	95
b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água.....	99
c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.....	101
<b>9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>104</b>
a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas.....	104
a.1) Bioma Amazônia.....	104
a.2) Bioma Cerrado.....	106
a.3) Focos de Calor.....	106
b) Fundo Amazônia.....	108
c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima.....	108
c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.....	109
d) Florestas.....	109
e) Recursos Hídricos.....	110
e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido.....	110
e.2) Planos de Recursos Hídricos.....	110
e.3) Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.....	111
e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas.....	111
e.5) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas.....	112
e.6) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional.....	112
e.7) Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Construindo uma Visão Nacional.....	112
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental.....	112
f.1) Licenciamento Ambiental.....	112
f.2) Qualidade Ambiental.....	114



g) Proteção da Camada de Ozônio.....	114
h) Resíduos Sólidos.....	115
i) Biodiversidade.....	115
i.1) Espécies Ameaçadas.....	116
i.2) Unidades de Conservação.....	116
j) Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.....	118
j.1) Bolsa Verde.....	118
j.2) Política de Garantia de Preços Mínimos da Biodiversidade.....	119
k) Zoneamento Ecológico-Econômico.....	119
l) Produção e Consumo Sustentáveis.....	119
m) Cidadania e Responsabilidade Socioambiental.....	120
n) Educação Ambiental.....	120
o) Conselho Nacional do Meio Ambiente.....	120
p) Agenda Internacional.....	121
q) Regularização Ambiental Rural.....	122
<b>10. Ciência, Tecnologia e Inovação.....</b>	<b>122</b>
a) Promoção da Inovação.....	123
b) Programa Ciência sem Fronteiras e Formação para a Pesquisa.....	126
c) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica.....	126
d) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento.....	127
e) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social.....	127
f) Política Nuclear.....	129
g) Política Espacial.....	131
h) Mar, Zona Costeira e Antártida.....	133
<b>III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES.....</b>	<b>137</b>
<b>1. Redução da Pobreza e das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional.....</b>	<b>137</b>
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades.....	137
b) Plano Brasil Sem Miséria.....	138
c) Programa Bolsa Família.....	139
d) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais.....	140
d.1) Proteção Social Básica.....	141
d.2) Proteção Social Especial.....	141
d.3) Benefício de Prestação Continuada.....	142
d.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.....	143
d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho.....	144
e) Segurança Alimentar e Nutricional.....	144
e.1) Acesso à Água.....	144
e.2) Fomento às Atividades Produtivas Rurais.....	145
e.3) Programa de Aquisição de Alimentos.....	145
e.4) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.....	146
e.5) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.....	146
e.6) Educação Alimentar e Nutricional.....	147
f) Avaliação e Gestão da Informação.....	147
<b>2. Juventude.....</b>	<b>148</b>
<b>3. Educação.....</b>	<b>150</b>
a) Educação Básica.....	150
b) Educação Profissional e Tecnológica.....	157
c) Educação Superior.....	158
d) Planejamento, Financiamento e Gestão.....	162
<b>4. Saúde.....</b>	<b>164</b>
a) Atenção Básica.....	164
a.1) Saúde Bucal.....	166
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança.....	166
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas.....	167
a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.....	168
a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza.....	168
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade.....	169
b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar.....	169
b.2) Transplantes.....	170



b.3) Sangue e Hemoderivados.....	170
b.4) Atenção às Urgências e Emergências .....	171
b.5) Atenção Domiciliar .....	172
b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas	172
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde .....	173
d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde .....	173
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde .....	174
f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.....	175
g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde .....	175
h) Alimentação e Nutrição .....	177
i) Vigilância Sanitária .....	178
j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde .....	179
k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação .....	180
l) Atuação Internacional.....	182
m) Saúde Suplementar.....	183
<b>5. Políticas Afirmativas.....</b>	<b>184</b>
a) Igualdade Racial .....	184
a.1) Ações Afirmativas para a Igualdade Racial .....	184
a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Outras Comunidades Tradicionais .....	186
a.3) Comunidades Quilombolas .....	187
a.4) Contexto Internacional .....	189
b) Política para Mulheres .....	189
b.1) Enfrentamento à Violência .....	190
b.2) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres.....	191
b.3) Gestão Transversal e Articulação Institucional das Políticas para Mulheres .....	194
c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas .....	195
<b>6. Direitos Humanos.....</b>	<b>200</b>
a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana .....	200
b) Pessoas com Deficiência .....	200
b.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite .....	200
b.2) Centrais de Intérpretes de Libras .....	201
b.3) Acessibilidade.....	202
b.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência .....	202
b.5) Autismo.....	202
b.6) Empregabilidade.....	203
b.7) Mulheres com Deficiência .....	203
b.8) Estruturação de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência.....	203
b.9) Plano Internacional .....	203
c) Criança e Adolescente .....	204
c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes .....	204
c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	204
c.3) Sistema de Garantia de Direitos .....	205
c.4) Observatório da Criança e do Adolescente.....	206
c.5) Convivência Familiar e Comunitária .....	206
c.6) Ações de articulação.....	206
d) Programas de Proteção .....	207
e) Erradicação do Trabalho Escravo.....	207
f) Saúde Mental .....	208
g) Combate à Tortura.....	208
h) População em Situação de Rua .....	209
i) Direitos da Pessoa Idosa.....	209
j) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais .....	210
k) Centros de Referência em Direitos Humanos .....	210
l) Registro Civil de Nascimento .....	211
m) Diversidade Religiosa.....	212
n) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	212
o) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos .....	213
p) Atuação e Cooperação Internacional .....	214
q) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos .....	216
r) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos .....	216



<b>7. Previdência Social</b> .....	<b>217</b>
a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários .....	218
a.1) Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho .....	218
a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização .....	219
b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários .....	220
b.1) Reconhecimento Automático de Direito .....	220
b.2) Minimizar as Ocorrências de Litígios .....	221
b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade .....	222
b.4) Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva .....	222
b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social .....	223
c) Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários .....	223
c.1) Mitigação dos Efeitos da Incapacidade Laboral .....	223
c.2) Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios .....	224
c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional .....	224
c.4) Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário .....	224
<b>8. Cultura</b> .....	<b>225</b>
a) Política Cultural .....	225
b) Cidadania e Diversidade Cultural .....	225
c) Economia Criativa .....	226
d) Fomento ao Livro e à Leitura .....	226
e) Preservação do Patrimônio e da Memória Cultural .....	227
f) Memória e Cidadania .....	228
g) Fomento e Regulação da Indústria Audiovisual .....	229
h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas .....	229
i) Centros de Artes e Esportes Unificados .....	230
<b>9. Esporte</b> .....	<b>230</b>
a) Esporte e Inclusão Social .....	230
b) Esporte de Alto Rendimento .....	232
c) Futebol .....	233
d) Infraestrutura Esportiva .....	234
e) Lei de Incentivo ao Esporte .....	234
<b>10. Grandes Eventos Esportivos</b> .....	<b>234</b>
a) Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 .....	234
b) Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos 2016 .....	237
<b>11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica</b> .....	<b>238</b>
<b>12. Inclusão Digital</b> .....	<b>238</b>
a) Cidades Digitais .....	238
b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão .....	239
c) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação .....	239
d) Redes Digitais da Cidadania .....	239
<b>13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça</b> .....	<b>240</b>
a) Segurança Pública .....	240
b) Segurança nas Rodovias .....	242
c) Sistema Penitenciário Brasileiro .....	243
d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual .....	244
e) Cidadania e Acesso à Justiça .....	245
f) Cooperação Internacional .....	247
g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas .....	249
<b>IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA</b> .....	<b>253</b>
<b>1. Energia</b> .....	<b>253</b>
a) Energia Elétrica .....	253
a.1) Geração e Transmissão .....	254
a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica .....	255
a.3) Internalização de Mecanismos de Aversão ao Risco nos Programas Computacionais .....	256
a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão .....	256
a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão .....	258
a.6) Planejamento do Setor Energético .....	258
a.7) Eficiência Energética .....	259
a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico .....	259
a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico .....	260



b)	Petróleo, Gás e Biocombustíveis.....	261
b.1)	Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-sal.....	261
b.2)	Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão.....	262
b.3)	Estudos e Planejamento no Setor Petróleo e Gás Natural.....	263
b.4)	Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás.....	263
b.5)	Reservas, Exploração e Produção.....	264
b.6)	Contrato de Cessão Onerosa.....	265
b.7)	Refino, Petroquímica e Logística.....	265
b.8)	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural.....	266
b.9)	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços.....	267
b.10)	Biocombustíveis.....	267
b.11)	Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural.....	269
c)	Geologia e Recursos Minerais.....	270
c.1)	Novo Marco Regulatório da Mineração.....	270
c.2)	Geologia e Recursos Minerais.....	270
c.3)	Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	271
<b>2.</b>	<b>Transportes.....</b>	<b>271</b>
a)	Planejamento.....	272
b)	Transporte Rodoviário.....	273
b.1)	Expansão da Malha e Adequação de Capacidade.....	273
b.2)	Manutenção de Rodovias.....	276
b.3)	Operação Rodoviária.....	276
b.4)	Concessões Rodoviárias.....	277
b.5)	Transporte de Cargas.....	278
b.6)	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	279
c)	Transporte Ferroviário.....	279
c.1)	Expansão da Malha.....	279
c.2)	Adequação da Malha.....	280
c.3)	Regulação.....	280
c.4)	Concessão.....	281
c.5)	Transporte de Cargas e Passageiros.....	281
d)	Transporte Hidroviário.....	282
d.1)	Manutenção e Adequação das Hidrovias.....	282
d.2)	Construção de Terminais Fluviais.....	283
e)	Fomento à Indústria Naval.....	283
f)	Incentivos para Investimentos no Setor Transportes.....	284
f.1)	Debêntures de Infraestrutura.....	284
f.2)	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.....	284
<b>3.</b>	<b>Portos.....</b>	<b>285</b>
a)	Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário.....	285
a.1)	Novo Marco Regulatório do Setor Portuário Nacional.....	285
a.2)	Investimentos Privados nos Portos: Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos de Terminais de Uso Privado.....	286
a.3)	Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional.....	287
a.4)	Inteligência Logística Portuária.....	287
a.5)	Modernização da Gestão nas Companhias Docas.....	289
b)	Praticagem.....	289
c)	Gestão Ambiental Portuária.....	290
d)	Programas e Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos.....	290
d.1)	Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II.....	290
d.2)	Investimentos do PAC e PAC Copa.....	291
e)	Regulação e Fiscalização do Setor Portuário.....	293
e.1)	Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários.....	294
e.2)	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários.....	295
<b>4.</b>	<b>Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária.....</b>	<b>295</b>
a)	Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos.....	295
b)	Segurança, Fiscalização e Capacitação.....	297
c)	Outorgas a Aeródromos Civis Públicos.....	297
d)	Expansão da Infraestrutura Aeroportuária.....	298



<b>5. Comunicações</b>	<b>300</b>
a) Radiodifusão	300
a.1) Televisão Digital	300
a.2) Rádio Digital	301
a.3) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa Amplitude Modulada para a Faixa Frequência Modulada	301
a.4) Rádio, Televisão e Retransmissora de Televisão	302
a.5) Radiodifusão Comunitária	302
a.6) Canal da Cidadania	303
a.7) Loudness	303
a.8) Very High Frequency – VHF Alto	304
a.9) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão	304
b) Infraestrutura de Telecomunicações	304
c) Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento das Telecomunicações	307
c.1) Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga	308
c.2) Debêntures para Infraestrutura	308
c.3) Desoneração de Smartphones	308
c.4) Desoneração de Terminais de Comunicação Máquina a Máquina	309
c.5) Desoneração de Serviços Prestados em Área Rural e Locais Remotos	309
d) Política Produtiva e Tecnológica	309
e) Regulação dos Serviços de Telecomunicações	310
f) Serviços Postais	311
f.1) Universalização dos Serviços Postais	311
f.2) Atuação no Âmbito Internacional	311
f.3) Serviços de Interesse Coletivo	312
g) Conteúdos Digitais Criativos	312
<b>6. Saneamento</b>	<b>312</b>
a) Medidas de Melhoria de Gestão	313
b) Investimentos em Saneamento Básico	315
b.1) Investimentos do PAC 1	315
b.2) Investimentos do PAC 2	316
<b>7. Habitação</b>	<b>318</b>
a) Política Nacional de Habitação	318
b) PAC Urbanização de Assentamentos Precários	319
c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas	319
d) Programa Minha Casa, Minha Vida	319
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica	322
f) Qualidade e Produtividade	322
<b>8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana</b>	<b>323</b>
<b>9. Mobilidade Urbana</b>	<b>324</b>
a) Transporte Metroferroviário	326
<b>10. Trânsito</b>	<b>328</b>
<b>V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO</b>	<b>333</b>
<b>1. Política Externa</b>	<b>333</b>
a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade	333
b) Integração Regional	337
c) Relações Bilaterais	338
d) Negociações Econômico-comerciais	343
e) Cooperação Técnica e Esportiva	345
f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural	346
g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior	347
<b>2. Soberania</b>	<b>349</b>
a) Planejamento na Área de Defesa	349
b) Proteção da Amazônia	349
b.1) Projeto Cartografia da Amazônia	349
b.2) O Programa Calha Norte	350
c) Defesa Terrestre	350
d) Defesa Aérea	351



e) Defesa Naval .....	353
f) Segurança da Navegação Aquaviária .....	354
g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz .....	355
h) Operações Combinadas / Conjuntas .....	355
i) Atividades de Comunicação, Comando e Controle.....	356
j) Atuação Subsidiária das Forças Armadas.....	356
k) Atividades de Inteligência.....	357
l) Segurança da Informação .....	358

**VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA .....** 361

<b>1. Informação ao Cidadão.....</b>	<b>361</b>
<b>2. Democracia e Diálogo.....</b>	<b>365</b>
a) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade .....	367
b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	371
c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.....	371
<b>3. Relações Institucionais .....</b>	<b>372</b>
a) Agenda Legislativa.....	372
b) Articulação Federativa .....	374

**VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO .....** 379

<b>1. Transparência na Administração e Controle Social.....</b>	<b>379</b>
<b>2. Planejamento, Gestão e Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos .....</b>	<b>381</b>
a) Gestão do Plano Mais Brasil .....	383
b) Melhoria e Inovação da Gestão Pública .....	384
c) Gestão de Logística.....	385
d) Gestão e Governança das Empresas Estatais Federais.....	386
e) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade.....	386
<b>3. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal.....</b>	<b>387</b>
<b>4. Informatização de Serviços Públicos e Informação .....</b>	<b>390</b>
<b>5. Gestão do Patrimônio da União .....</b>	<b>391</b>
<b>6. Cooperação Internacional e Captação de Recursos Externos .....</b>	<b>393</b>
<b>7. Produção e Disseminação de Dados.....</b>	<b>393</b>
<b>8. Regulação de Mercados.....</b>	<b>395</b>
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação .....	395
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional .....	396
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários .....	397
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro .....	398
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência .....	399
f) Defesa do Consumidor.....	400
<b>9. Política Fiscal.....</b>	<b>401</b>
a) Arrecadação Tributária Federal.....	401
b) Resultado Fiscal .....	402
c) Administração da Dívida Pública .....	402
d) Apoio aos Estados e Municípios .....	403
e) Dívida Ativa da União .....	404
f) Programa Nacional de Educação Fiscal .....	405
<b>10. Prevenção e Combate à Corrupção.....</b>	<b>405</b>
a) Ações de Prevenção da Corrupção .....	405
b) Controle Interno .....	406
c) Ações de Correição.....	407
d) Ouvidoria .....	408
e) Combate à Lavagem de Dinheiro .....	409
<b>11. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União .....</b>	<b>410</b>

**ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO) .....** 417

